

TRIBUNA Imprensa 09.05.89 [pag 9]

Andrea com queixa- crime contra Porfírio

O ex-secretário municipal de Desenvolvimento Social, Sérgio Andrea, e toda a sua equipe de assessores vão entrar com ação na Justiça contra o atual secretário, Pedro Porfírio. O motivo do processo é a relação de denúncias feita pelo atual secretário sobre supostas irregularidades na gestão de Andrea. Os acusados exigirão na Justiça a apresentação de provas, que garantem não existir. Caso não sejam apresentadas, Pedro Porfírio será processado por calúnia.

Segundo Andrea, o trabalho desenvolvido por ele e sua equipe durante os 17 meses em que esteve à frente da Secretaria, "contou com o apoio e a solidariedade de diversas entidades e setores políticos progressistas, independentemente de sua vinculação partidária". O ex-secretário relacionou os projetos desenvolvidos na sua gestão, entre eles o Programa Plurianual de Urbanização de Favelas e o Programa de Erradicação de Áreas de Risco e Insalubridade e declarou que a ampliação dos recursos da secretaria foram conseguidos através de dotações e empréstimos do BNDES, LBA e Banco Mundial.

Para ele, as denúncias de Pedro Porfírio "só podem ser atribuídas ao desespero político de quem, decorridos quatro meses de atuação, nada tem a oferecer à sociedade além da própria inépcia e de uma retórica pródiga, mas mentirosa". Em solidariedade a Sérgio Andrea,



André desmente ação do PDT

102 personalidades, representando entidades ou em nome pessoal, entre eles, Jorge Bittar, Carlos Minc, Luiz Pinguelli Rosa, Milton Temer, Carlos Santana, Washington da Costa, Fernando Gabeira, Carlos Lessa, Arthur Lavigne, Benedita da Silva, Cândido de Oliveira Bisneto e Maria da Conceição Tavares.

D17 9.5.89

Sérgio Andréa processa Secretário por calúnia

O ex-Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Sérgio Andrea, vai entrar na Justiça contra o atual Secretário, Pedro Porfírio, pelas denúncias que este fez, através da imprensa, sobre irregularidades em sua gestão. Andrea atribuiu as denúncias (da criação de um caixa 2 no Fundo-Rio, desvio de verbas, contratação ilegal de funcionários, dilapidação de recursos destinados à construção de casas populares e favorecimento ilegal a prestadores de serviço) "ao desespero de quem, após 4 meses no cargo, nada tem a oferecer à sociedade além da própria inépcia e de uma retórica pró-diga, mas mentirosa".

Segundo Sérgio Andrea, Pedro Porfírio fez, de má-fé, uma confusão deliberada entre questões meramente administrativas e desvio de verbas e corrupção. "Isso é uma questão política, coisa de quem não está conseguindo dar continuidade aos projetos que encontrou, como a manutenção de 360 escolas comunitárias e os programas de assentamento de cerca de 20 comunidades. Mas o nosso advogado, Arthur Lavigne, já está preparando a queixa-crime com a qual o interpelaremos na Justiça."

Acompanhado do ex-diretor do Fundo-Rio, Ricardo Bielschowsky, o ex-Secretário rebateu as acusações feitas por Pedro Porfírio pelos jornais na última sexta-feira. "Ele nos acusou de haver aplicado no mercado de capitais NCz\$ 100 milhões que nos foram repassados pela Legião Brasileira de Assistência, em março de 88, para a compra de 400 casas. Disse mais; que compramos apenas 100 casas à Fundação Vale do Rio Doce, que apesar de haverem sido pagas à vista, ainda não foram

entregues. Quanto ao primeiro ponto ele tem razão. Aplicamos o dinheiro no mercado de capitais para não haver corrosão inflacionária, mas o Fundo-Rio tem o direito e a obrigação de aplicar seus recursos para preservá-los."

Quanto ao segundo ponto, a compra das 100 casas, Andrea explicou que elas se destinam à comunidade de Vila Nova Cruzado (próximo à Cidade de Deus) e ainda não foram entregues - apesar de serem pré-moldadas - porque, em virtude das greves do município, em dezembro, não foi possível terminar a terraplenagem do terreno que vai recebê-las, razão pela qual ficaram sob custódia da Vale do Rio Doce, conforme rezava o contrato. "A acusação de que tínhamos um caixa 2 no Banerj da Cidade Nova é outro absurdo. O Fundo-Rio tem várias contas no Banerj, uma para cada projeto. Os depósitos efetuados na conta aberta (nº 2664003636) na agência Cidade Nova, no valor total de NCz\$ 57 milhões, 573 mil, foram para ressarcir o Fundo-Rio (com autorização do BNDES) de gastos que haviam sido feitos por conta do Projeto de Saneamento Básico, aprovado em outubro de 88. O Fundo-Rio aplicou os recursos antes da aprovação e, quando a verba foi liberada, se ressarciu." A S.D.S. contratou, segundo Andrea, 558 funcionários, com a ausência do ex-Prefeito Saturnino Braga. Quanto à contratação de sua cunhada, Marluza Correia de Araújo, afirmou que "foi contratada não pelo parentesco, mas por ser uma técnica de alto nível internacional, que foi, por 3 anos, coordenadora do Programa Nacional de Educação do Governo Nacional de Moçambique.

O DIA - 14/05/89

Fantasma trapalhão

César Benjamin

RECENTEMENTE, O DIA e outros jornais sérios publicaram denúncia do atual Secretário municipal de Desenvolvimento Social, Pedro Porfírio, contra seu antecessor, Sérgio Andréa, e a equipe deste. Diz que descobriu nossa "caixa dois": trata-se de uma conta oficial, em nome do Fundo Rio, aberta no Banerj e incluída nos relatórios enviados por nós aos órgãos financiadores. Quem duvidar, é só conferir junto ao BNDES e à LBA, que receberam os relatórios. Só um débil mental pode imaginar que um secretário de Governo interessado em negociatas abriria, para este fim, uma conta com essas características. A estória é bem outra. Fui chefe de gabinete de Andréa e vou contá-la. Quando assumimos a Secretaria, encontramos o sujeito simplesmente pendurado na folha de pagamentos. Estava assim desde que fora secretário, havia anos. Quem duvidar, mais uma vez confira. Mandamos chamá-lo em casa e agimos como profissionais: sem fazer escândalos, sem patrocinar perseguições, explicamos que isso não seria mais possível. Damos ao indivíduo uma semana para reorganizar a vida. Terminado o prazo, ele veio saltitante: conseguira ser requisitado pelo Tribunal de Contas. E lá se foi.

Algum tempo depois, reapareceu sem ser chamado. Tinha para nós, "um presentão": cópias de um processo que estava no Tribunal de Contas e que mostrava o envolvimento do ex-Secretário Maurício Azêdo e de seu principal assessor (Manoel Valim) num negócio ilegal. Porfírio ia "dar um jeito para a coisa andar". E deu: daí a pouco recebemos o tal processo, com um pedido de esclarecimentos do Tribunal. O negócio era feio: na época de Azêdo e Valim, para "agilizar trâmites", a SMDS concordara em pagar, a uma firma chamada Assemp, 6% do valor de verbas recebidas do Governo federal - esquema igual ao que viria a ser denunciado pelo prefeito de Vassouras à CPI da Corrupção, provocando a queda do Ministro Aníbal Teixeira.

Com o processo na mão, não fizemos escândalos idiotas. Suspendemos esses pagamentos e remetemos o caso à Procuradoria Geral do

Município. Porfírio ficou uma fera. Queria um circo. Procurou a imprensa e passou sua cópia do processo, agindo sempre em segredo. Depois da matéria publicada, nós confirmamos as irregularidades e explicamos à imprensa os procedimentos que havíamos tomado.

Azêdo processou Sérgio Andréa. Para sua surpresa, Andréa confirmou diante do juiz tudo o que havia dito, apresentou as provas e alegou, para defender-se, a chamada exceção da verdade: ninguém pode ser condenado por dizer a verdade. Nada de acordos. O processo seguiu em frente. Como a Justiça é lenta, a sentença ainda não foi proferida.

Ninguém ficou sabendo que a origem de tudo estava em uma denúncia feita pelo próprio Porfírio, que em janeiro foi nomeado Secretário da SMDS. O que fez o come-e-dorme de outras épocas? Virou "caçador de fantasmas", passando a perseguir agentes comunitários e técnicos sérios! E nomeou como seu chefe de gabinete Manoel Valim, que ele mesmo havia denunciado como corrupto! E ainda telefonou para nós, para dizer que fora forçado a isso pela política interna do PDT!!!

Os dois se tratam como cão e gato, mas se entendem bem. Neste ano, o funcionalismo recebeu 40% de reajuste. Porfírio já aumentou em 485% os rendimentos de Valim, concedendo-lhe gorda gratificação mensal, fora o salário. Em março, o extra foi de NCz\$ 1.569,00. Quem duvidar, confira.

A passagem de Porfírio pela SMDS tem sido pior que o terremoto da Armênia: o programa de saúde e o de geração de rendas fecharam, o de educação pré-escolar está sendo triturado, o Projeto Mutirão está quase parado. Obras semi-acabadas estão andando de marcha à ré. Profissionais estão sendo substituídos por cabos eleitorais. A SMDS virou Secretaria do Marasmo Social. Daí essa tentativa desesperada de nos atacar pelas costas, como o trapalhão gosta. Pobre coitado. Fez o trabalho sujo, já está isolado e será condenado pela Justiça. Vamos ver se o aprendiz de Pinóquio vai ter a coragem que Sérgio Andréa teve, sustentando as acusações diante do juiz. Eu duvido, mas suplico: não se retrate, Porfírio!

CÉSAR BENJAMIN é ex-chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

DIA - 15.05.89

O PT que se explique

Pedro Porfírio



Coletivo do PT que se apossou da Secretaria de Desenvolvimento Social quando Saturnino traiu o PDT recorreu ao surrado "manifesto de solidariedade" diante das denúncias sobre as irregularidades constatadas nesse período na SMDS, que bem explicam a própria falência da Prefeitura. Com isso, tenta aparecer como vítima e levantar uma cortina-de-fumaça sobre fatos irrefutáveis, como se aquelas assinaturas dessem para encobri-los.

O manifesto é uma espécie de cheque em branco, como se uma eventual militância de esquerda fosse a garantia de que jamais se envolveriam em atos pouco ortodoxos. Mais do que aos signatários, é ao Coletivo do PT que cobra resposta às denúncias, inclusive na Justiça.

1. Afirmo que recursos de convênio foram desviados para outros fins estranhos à sua destinação. Dos Cz\$ 60.000.000,00 da LBA para obras de reconstrução nas comunidades de Cantagalo/Vidigal/Sumaré/Vila Pereira da Silva/Vila Cândido e Querosene, após aplicação no over, foram desviados Cz\$ 37.000.000,00 para uma desapropriação na 5ª Vara da Fazenda, que beneficiou mordedores de um conjunto de Inhoíba, e Cz\$ 16.483.593,55 para pagar à Tecnosolo. Esses desvios foram feitos sem o conhecimento dos líderes das comunidades que também assinaram o convênio com a LBA.

2. Do repasse da LBA para construção de casas, foram desviados Cz\$ 40.000.000,00 para a Rio Urbe pagar a empreiteira Solar Desmontes e Terraplanagem, e Cz\$ 50.000.000,00 para a Agripec Urbanização e Construção Ltda., sem que essas empresas tenham qualquer contrato com o Fundo Rio.

3. Afirmo que no dia 18.11.88, à revelia do Diretor Financeiro do Fundo Rio, foi aberta a conta nº 266.40036-36 no Banerj, onde foram realizados três depósitos no valor total de Cz\$ 57.605.715,00 também aplicados no over. Esse dinheiro foi desviado da conta do convênio do BNDES e usado, entre outras coisas, para pagar ressarcimento de salários do próprio grupo dirigente da SMDS, numa hora em que o Tesouro Municipal falia e deixava todo o funcionalismo sem receber. Para justificar esse desvio, o Fundo Rio enviou carta dia 23.12.88 ao BNDES, alegando ter usado o dinheiro para pagamento de mão-de-obra do Projeto Mutirão, mentira constatada nos processos 08/403.312/88, 06/01.432/88, 06/01.842/88, 08/403.312/88, 01/11.453/88 e 08/403.362/88.

4. Afirmo que em março de 1988 a SMDS recebeu Cz\$ 100.000.000,00 da LBA para construir 400 casas para desabrigados. E que só no dia 28 de novembro, depois de aplicar por 8 meses o dinheiro no over, comprou 100 casas pré-fabricadas à Fundação Vale do Rio Doce, fazendo todo o pagamento adiantado, ao contrário do que exigem todos os códigos de Administração Pública. Esse pagamento irregular foi feito 13 dias após as eleições e 32 dias antes da posse do novo Prefeito. Só agora, em nossa administração, as casas estão sendo entregues. Por que esse interesse em pagar antes, sem receber?

5. Afirmo que o Coletivo do PT na SMDS jogou dinheiro fora na obra das casas projetadas pela Unicamp

para moradores do Jacarezinho, em terreno de difícil assentamento em Del Castilho. Tendo pago salários bem superiores ao mínimo aos próprios interessados nas casas, não foi levantada uma única unidade após 6 meses de trabalho. Nessa brincadeira, o Fundo Rio repassou mais Cz\$ 50.000.000,00 para a Rio Urbe pagar empreiteira, Cz\$ 19.394.790,00 para mão-de-obra; Cz\$ 38.393.940,00 para material de construção e Cz\$ 6.471.910,00 para transporte. Nesse caso, foi comprado por Cz\$ 41.538.618,00 um terreno à Nova América sem as necessárias precauções - como laudos de avaliação - e há documentos comprovando que o Sr. Luiz Carlos Cardoso, Assessor do Vereador Chico Alencar, recebeu e atestou 50 milhões de tijolos da Cerâmica São Basílio que os técnicos da Unicamp condenaram.

6. Afirmo que do convênio do BNDES foi desviado o dinheiro para um programa na Rádio Tamoio, totalizando Cz\$ 3.840.000,00, embora a nota de empenho tivesse sido emitida em nome da Fonte 00 (Tesouro).

7. Afirmo que o Fundo Rio assumiu o pagamento de 6 obras de creches feitas pela Riocop, sem empenho prévio de verba, desviando para isso recursos da LBA destinados a creches em outras comunidades. Essas 6 obras eram em áreas do interesse eleitoral do Sr. Ricardo Pascher, diretor da Riocop e candidato a vereador.

8. Afirmo que o Fundo Rio realizou 558 contratações irregulares, pois não passaram pela Codesp, nem tinham autorização do Prefeito nos respectivos processos. Em alguns casos, como no contrato da cunhada do Secretário e integrante do Coletivo do PT, nem mesmo comprovante de escolaridade foi juntado, de forma a justificar o "Nível Superior A", maior salário do Fundo Rio.

9. Afirmo que a SMDS fracionou despesas para beneficiar Paulo César de Abreu Oliveira, que recebeu Cz\$ 17.771.800,00 por serviços de topografia, durante 22 dias realizados sem licitação pública sob o pretexto de alta especialização, embora se tratasse de um engenheiro mecânico (proc. 08/003.486/88, 08/403.065/88 e 08/403.053/88).

10. Afirmo que a SMDS fechou os olhos às irregularidades praticadas pela Administradora Regional da Barra, Vera Chevalier, no Mercado Livre do Produtor, embora desde setembro de 1987 esse mercado fosse uma unidade da SMDS sem qualquer vínculo administrativo com a 24ª RA. O Coletivo do PT não tomou qualquer providência contra a distribuição irregular de boxes e outras práticas nada recomendáveis, caracterizando uma cumplicidade ostensiva com as demandas e os favorecimentos.

É a essas afirmações que devem responder não os signatários do manifesto, mas os integrantes do Coletivo do PT na SMDS, que deixaram a marca dos seus maus hábitos na Administração Pública. Recorrer ao círculo de amigos é demonstrar uma trágica insegurança existencial diante dos fatos concretos. O manifesto, aliás, só serve para mostrar que as expulsões de Andréia e Cesinha do PT era só de mentirinha, enquanto dezenas de militantes do Partido eram aquinhoados com contratações na SMDS.

De mentirinha, aliás, é a postura desses pequenos burgueses que fazem discursos em nome da classe operária e fazem o que fizeram com seus minguados recursos na SMDS.

PEDRO PORFÍRIO é Secretário Municipal de Desenvolvimento Social.

DIA - 47 05.89.

Não se retrate, Porfírio!

Sérgio Andréa

EM 5 de maio, Porfírio anunciou sem ambigüidades: descobrira uma "caixa dois" e nos acusava de "desvio de verbas" e "apropriação de bens públicos". Dias depois, mal esboçamos resposta, começou a retratar-se! No artigo publicado em O DIA de 15 de maio, nenhuma menção há ao tipo de irregularidade antes denunciado. Nada de caixa dois. Nem sombra de apropriação pessoal de quaisquer recursos. "Desvios de verbas", só aqueles permitidos pela lei e pela ética - ou seja, de uma destinação para outra, sempre dentro do trabalho da SMDS. O clima de denúncias é, a esta altura, completamente artificial e serve para atestar nossa honestidade. Vamos sucintamente, aos fatos.

1 - Recursos da LBA para seis comunidades, por nós indicadas. Como sempre, coube ao Fundo Rio aplicá-los para protegê-los de uma inflação de 1.000%. No curso dos trabalhos, ficou claro que algumas das comunidades seriam mais bem atendidas dentro de convênio com o Banco Mundial. Como havia saldo, consultamos a LBA e, sem prejuízo de nenhuma comunidade, "desviamos" parte das verbas para impedir a paralisação das obras de contenção no Morro de Dona Marta - onde houvera desabamento com mortes - e evitar que 150 famílias fossem despejadas em Inhoaíba. Ao entregar a Secretaria, deixei significativo saldo nesta conta.

2 - Repasse de verbas para a Riourbe (órgão municipal). Foi feito para a contratação dos serviços de urbanização de áreas destinadas ao assentamento de famílias de Vila Cruzado e Jacarezinho, conforme previsto. Também aqui, houve concordância da LBA e as obras foram realizadas.

3 - Recursos do BNDES. Em outubro de 1988, SMDS e BNDES assinaram convênio no valor de Cz\$ 500 milhões para obras de urbanização, parte das quais haviam sido iniciadas em agosto, com recursos da Prefeitura. Como de praxe, o BNDES ressarciu o dinheiro gasto a partir de agosto, que foi devolvido à caixa do Fundo Rio. Graças a isso, em plena crise da Prefeitura, mantivemos 50 obras consideradas de emergência. É ridículo dizer que algo foi feito "à revelia" do diretor financeiro do Fundo Rio: este último - como todo o funcionalismo - estava então em greve. Nem salários, nem programa de rádio (item 6) foram pagos com verbas do BNDES, mas sim do Fundo Rio, ressarcidas pelo BNDES. Entreguei a secretaria com cerca de Cz\$ 300 milhões a serem recebidos neste convênio.

4 - Casas da Vale do Rio Doce. Porfírio finge desconhecer que o regulamento municipal (RGCAF) prevê dispensa de licitação para negócios com empresas estatais. A Vale ofereceu a melhor opção para uma Prefeitura que enfrentava longa greve e se declarava em insolvência. As casas estavam prontas (são pré-moldadas) e, por contrato, ficaram sob custódia até o fim das obras de infra-estrutura. Elas estão de pé e poderiam ter sido inauguradas se houvesse mais eficiência e menos politicagem.

5 - Os tijolos. Depois de longo trabalho, a SMDS assinou, em outubro, convênio com o BID, que se dispôs

a liberar 1,8 milhão de dólares para retificação do leito do rio Jacaré, obra que poderá retirar mais de mil famílias de uma situação de altíssimo risco. Para contemplar as primeiras 180 famílias e permitir a instalação do canteiro de obras, iniciamos o assentamento em área próxima, em parte municipal, em parte desapropriada. Feita a licitação, foram entregues 102 mil tijolos e paga uma primeira parcela de 48 mil. O engenheiro Luis Carlos Cardoso apontou a inadequação dos tijolos para o tipo de obra previsto ali e o pagamento foi suspenso, com grande prejuízo à empresa fornecedora. Os tijolos foram utilizados para ajudar famílias de uma área de alto risco de Mangunhos. Ao assumir, Porfírio encontrou, no tocante ao Jacarezinho, o convênio com o BID assinado e o assentamento iniciado, com cerca de 40 casas adiantadas, material e recursos em caixa. Até agora, nada fez.

6 - Já respondi.

7 - Creches. A SMDS encomendou a construção de algumas unidades pela Fábrica de Escolas (Riocop), órgão municipal. Todas - alocadas em áreas de baixa renda - foram inauguradas depois das eleições ou então passadas para a administração seguinte concluir e inaugurar.

8 - Contratações. Todas foram autorizadas pelo prefeito, e a grande maioria delas correspondeu à expansão da rede de creches comunitárias em minha gestão. Entreguei a Porfírio 360 creches em funcionamento, abrigando 28 mil crianças faveladas. Marluza Araújo, coordenadora do projeto, é mestra em psicologia da educação pela Universidade do México e dirigiu durante 4 anos o Programa de Educação Popular de Moçambique.

9 - Topografia. Em plena greve da Prefeitura, corriamos o risco de perder os prazos de entrega dos projetos acordados com o Banco Mundial, que incluíam 7.000 lotes urbanizados para famílias oriundas de áreas de risco. Sem poder fazer licitação, autorizei a contratação dos serviços de topografia necessários. Os prazos foram cumpridos, e os recursos - alguns milhões de dólares - chegarão ao Município na atual gestão.

10 - Mercado da Barra. Foi repassado, pela SMDS, à gestão da 24ª RA.

Enfrentei na SMDS um período difícilíssimo - inflação de 1000%, três greves do funcionalismo, insolvência da Prefeitura - e entreguei a meu sucessor inúmeras obras em andamento, grande quantidade de material em estoque e mais de Cz\$ 1 bilhão em recursos garantidos por órgãos nacionais e internacionais. Trabalhei até o último dia. Em 29 de dezembro, recebi da LBA os últimos Cz\$ 180 milhões que consegui captar para a Prefeitura do Rio, destinados a garantir alimentação nas creches da SMDS nos primeiros meses de 1989. Foram inteiramente repassados para Porfírio, que, felizmente, os colocou no open, "crime" de que agora me acusa. Em benefício não se sabe de quem, mas em prejuízo das comunidades, o trabalho realizado está sendo destruído por um secretário irresponsável, cuja maior façanha até aqui foi ter-se mantido, durante anos, como funcionário fantasma da própria SMDS. Não se retrate, Porfírio!

SERGIO ANDRÉA é ex-Secretário Municipal de Desenvolvimento Social.